Ata da 6ª reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência realizada no dia 21 de Novembro de 2016, às 14h11m, no auditório da Casa de Direitos Humanos – Av. Amazonas, 558 – 7º andar – Centro – Belo Horizonte, reuniram-se em plenária ordinária os conselheiros (as), Romerito Costa Nascimento (CAADE), Alexander Fabian Malheiros (SES), Glicélio Ramos da Silva (SEC), Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM), Gilmar Borges Rabelo (APARU), Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves (AMR), Josélio Ricardo Nunes Coelho (ASUGOV), Natália Rodrigues Martins (ASIPA), Roberto Carlos Pinto (ADEVIUDI), Maria José Rodrigues Peres (ADEFI), Maria Luiza Gomes Passos Vieira (SEE), Juliana de Oliveira Silva (SEDESE), Sônia Maria de Paula (SEDS), Júnia Elizabeth Reis (MP), Caio Múcio Pimenta (LOUIS BRAILLE), Adinilson Marins (FEAPAES), Andreísa Jacinto de Oliveira (CRP), Intérpretes de LIBRAS presentes: Juliano Salomon e Raquel P. Alves, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: I – **Verificação do quórum** para instalação dos trabalhos; Romerito, 17 presentes. Temos quórum, Leitura das justificativas de ausências, Fernando Tadeu David (SEGOV), Ligia Maria Alves Pereira (SEPLAG), Fernando de Vasconcelos Lins (Poder Judiciário). **II** – O Senhor Caio fala da ata anterior: segundo ele, não estava presente. Mas ele percebeu que há coisas que não foram conclusivas, que estão um pouco fora de ordem os assuntos, ficando difícil de entendimento para quem estivesse ausente. O vice-presidente faz algumas considerações sobre a ata e decisões. **III** – Votação se mantém a ata como está ou não. Os Conselheiros aprovam a ata como está não há votos contrários. **IV** – Apresentação das pautas das comissões das reuniões na parte da manhã. O coordenador da Comissão de Políticas Públicas Roberto Carlos fez suas observações sobre os trabalhos realizados na parte da manhã; e passou a palavra para Maria Luiza, relatora da Comissão, que fez a leitura da ata (ata anexa). Romerito fala que a minuta do projeto de lei que cria o fundo estadual da pessoa com deficiência foi elaborada pela SEDPAC e que precisa ser feita uma nota técnica e necessita de passar pela Assessoria Jurídica da SEDPAC, passar pelos tramites legais, para chegar à Assembleia Legislativa. Romerito ressalta que seria importante que tivéssemos alguma coisa escrita para a plenária de janeiro. O Conselheiro Gilmar apresenta a pauta da comissão de acessibilidade. Denúncia de acessibilidade da loja Skala de Venda Nova, que apresenta todos os caixas no subsolo sem acessibilidade arquitetônica., e a casa dos conselhos de Montes Claros, que, de acordo com ofício encaminhado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, originado em denúncia recebida, também não apresentava acessibilidade arquitetônica. Com referência ao Move, informou que o questionário está pronto, somente necessitando de alguns ajustes e que estará disponível para iniciar a coleta de dados assim que os ajustes forem realizados. :Ainda sobre o questionário, por sugestão dos Conselheiros Natália e Josélio, foi acrescida uma questão sobre a necessidade de colocação de descrição em LIBRAS nos painéis. Implantação das juntas de avaliação das carteiras de habilitação,

descentralizar. Hoje as juntas são centralizadas em BH. Já existe uma Lei Estadual nº 21.157/2014 que fala que essas juntas têm que ser descentralizadas. Seriam feitas em etapas para atender as regiões. Milton gostaria de incluir Divinópolis na 1ª etapa de serviços. Gilmar explica como foram feitas as distribuições das etapas, das juntas, das carteiras de habilitação Romerito pede deliberação das cidades Milton pede que Divinópolis seja incluída na 1ª etapa. Está mantido Divinópolis na 1ª etapa. A maioria dos Conselheiros votaram a favor de incluir Divinópolis na 1ª etapa. O Gilmar diz que muitas cidades estão fazendo o seu plano diretor, infelizmente o plano diretor não contempla o direito das pessoas com deficiência, a mobilidade urbana. Isto tem que ser uma coisa natural, a partir da LBI. Temos que buscar uma comunicação com os prefeitos. Temos que fazer uma cartilha. Já existe uma publicação publicada, ela foi feita antes das atualizações da legislação, Romerito esclarece que a cartilha é muito boa, mas que é uma cartilha cara, cheia de imagens, e não temos recursos. A linguagem também não é muito acessível. É importante traduzir a linguagem para atingir todos os municípios. Ficando decidido que a comissão de acessibilidade se debruçará sobre a construção de "extrato" da cartilha já confeccionada para encaminhar aos prefeitos das gestões vindouras. Romerito diz que o CONADE se posicionou em relação à PEC 241 e agora a PEC 55. O Conselho não pode ficar fora dessa discussão. Nós temos que manifestar contra ou a favor. Não podemos ficar fora da discussão. Romerito pede que os Conselheiros se manifestem. Fabian pergunta onde vai a nossa liberação. Romerito diz que faremos uma ampla divulgação e será enviado ao Senado Federal. Roberto Carlos diz que em Uberlândia já está havendo manifestações Adinilson diz que vai repetir aqui o seu posicionamento. Antes de qualquer coisa deveríamos entender a PEC. Tem muita gente que é contra ou a favor sem entender. Milton diz que faz das palavras de Adinilson, que ele não tem condições de analisar a PEC. Juliana da SEDESE, diz que é a favor de discutir no CONPED, pois muitas perdas estão previstas, o congelamento de políticas da saúde, educação, e assistência social. Ela diz que na assistência social, poderá afetar inclusive o BPC. O Caio diz que está com o Adinilson e o Milton, o que a PEC está dizendo é que devemos gastar o que temos para gastar: Que o Conselho não deveria se posicionar mediante a falta de conhecimento, sugere que seja retirada a pauta da discussão da PEC 241. Maria Luiza, SEEMG, fala que não tem competência técnica e nem jurídica para falar da PEC, porém a preocupação é que as políticas públicas para PCD fiquem paralisadas por 20 anos. Gilmar fala que também não tem conhecimento suficiente , mas que também fica preocupado com o congelamento dos gastos da saúde, educação e assistência social. Rita também diz que não tem competência técnicas, mas que concorda que devemos entender essa PEC e porque o congelamento só das políticas públicas da saúde, educação. Adinilson fala que o grande erro quando fala em congelamento na PEC. Em momento nenhum fala em congelamento. Fala do gasto geral do governo. Nada impede que se aumente, não pode gastar a mais. Roberto Carlos diz que a PEC é complexa, e que ela afeta a todos. Ele diz que querem recuperar em cima da população os desvios de verbas públicas e de conduta de políticos não importa o partido Quem sofre com isso são as pessoas. Andreísa, CRP, cada um expôs seu ponto de vista, mas precisamos ter conhecimento de causa. Cada um tem sua ideologia. Temos que entender a PEC. Temos que ter consciência para nos posicionar. Romerito diz que o CONPED trouxe essa

discussão porque o Conselho Nacional se manifestou. O CONPED não pode ficar de fora, seria negligência. O que quisemos foi trazer para a discussão. Nós temos duas saídas: manifestar contra ou favor. Caio coloca que o Romerito pode se manifestar como Presidente. A preocupação do Caio é que tem que estancar a sangria. Quem paga sempre quando um país quebra e a população pobre, não é o rico. Foi assim na Argentina, na Grécia, no Chipre. No Rio de Janeiro está aparecendo onde foi o dinheiro. Romerito, à partir de proposta realizada pelo conselheiro Caio, pede que se faça a votação de retirada de pauta a discussão sobre a PEC 241/55. Os Conselheiros votam para a retirada do ponto de pauta. VI – Breve relato pelo Conselheiro Glicélio sobre o impasse referente à regulamentação da LBI sobre os art. 42 e 68 e o Tratado de Marraqueche e o posicionamento oficial do CONPED sobre a matéria. Glicélio fala sobre o MUDEVI, que foi criado pelos professores do Instituto São Rafael para discussão sobre políticas públicas. Discussão nas redes sociais sobre o tratado de Marraqueche. O livro acessível tem que ser distribuído para todas as pessoas, sem que seja observado a lei de direitos autorais. Se o Brasil adotar o Tratado de Marraqueche, alguns artigos da LBI serão desrespeitados. O que queremos é que sejam garantido os artigos da LBI. Eu quero chegar a uma livraria e poder comprar um livro acessível igual às outras pessoas compram. Gilmar lê ofício MUDEVI / MG nº 01/16 que foi enviado ao CONPED. (anexo o ofício). Caio diz que foi surpreendido com esse assunto, pois a Fundação Dorina Nowil abriu discussão e o Tratado de Marraqueche já foi aprovado pelo governo anterior e ele entra na nossa legislação. Caio ainda não tem uma posição firmada a Fundação Dorina fez uma carta para tranquilizar, pois já temos uma legislação sobre isso, a LBI. Nessa questão também está se misturando muita coisa. Esse assunto é importante, o acesso à informação é fundamental. É importante ficar alerta. Romerito diz que existem algumas instituições que querem monopólio das publicações acessíveis. O Romerito diz que o ofício do MUDEVI relata da necessidade de uma ampla discussão, que eles querem participar das discussões. Caio diz que vai lutar para que não seja homogenia. Glicélio diz que o MUDEVI não está contra nenhuma instituição, que eles estão lutando pelo direito de consumidor do cego. O que o MUDEVI quer é a participação das pessoas com deficiência visual. Romerito pede que seja feita a votação para quem apoia o ofício do MUDEVI. Os Conselheiros votam a favor de apoiar o ofício MUDEVI. Romerito diz que temos uma dificuldade de entender as políticas públicas das quais defendemos. Romerito gostaria de propor que nas reuniões do CONPED venham pessoas responsáveis pela pasta para falar, por exemplo: qual o orçamento destinado a essas políticas públicas. Os técnicos aqui representantes trazer informações das pastas. Se ficarmos esperando uma formação sobre isso. Nós poderíamos definir um cronograma, trazer. Caio diz que isso é importante pois temos que saber se os Conselheiros têm competências para atuar. Romerito diz que trazer as pastas da Saúde, Educação e Assistência Social. Iniciar por ordem alfabética a explanação das pastas. Iniciar em dezembro com explanação da assistência social. Juliana representante da SEDESE foi consultada e aceitou falar em 19/12/2016. Andreísa diz que seria importante colocar os tópicos importantes sobre a discussão. Romerito diz que a Resolução nº 3.118/Novembro de 2016 da SEE foi discutida na comissão de políticas públicas e deliberado que SEE teria um prazo de 30 dias para dar retorno da Resolução onde foi discutido e solicitado que constasse no edital as certificações de curso de extensão universitária da

formação de TILS (TRADUTORES INTERPRETES DE LINGUAS DE SINAIS). Romerito cita as aprovações da plenária. Os ofícios que serão enviados pela comissão de políticas públicas deve ser feito pela própria comissão e o Presidente assina como solidário. **Deliberações e encaminhamentos;** 1-Nota técnica da minuta do projeto de lei que cria o fundo estadual da pessoa com deficiência foi elaborada pela SEDPAC. 2-Comissão de acessibilidade sobre a construção de "extrato" da cartilha já confeccionada para encaminhar aos prefeitos das gestões vindouras. 3- Explanação da assistência social, Juliana representante da SEDESE fará a primeira apresentação da temática em 19/12/2016. 4- Os ofícios que serão enviados pela comissão de políticas públicas deve ser feito pela própria comissão e o presidente assina como solidário. **Informes:** Roberto Carlos fala que ficou muito emocionado com a construção da linha do tempo dos direitos da pessoa com deficiência no Seminário de Direitos Humanos. A participação na Assembleia também foi muito importantes. Milton, parabeniza o evento, o Seminário. Andreisa convida para festa de 90 anos do Instituto São Rafael dia 25/11/2016, a partir das 13 hs. Gilmar dá as boas vindas à Juliana da SEDESE. Convida para o evento em Uberlândia, 1º Fórum de Educação Inclusiva, promovido pelo Conselho municipal e pela universidade Civil. Gilmar fala que tem duas vagas para participação no Seminário Fórum Inter conselhos (um sociedade de civil e um de governo). Por não haver mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 16h51 minutos. Eu, Maria Luiza Gomes Passos Vieira, lavrei a presente ata que dato e assino.

Belo Horizonte, 21 de Novembro de 2016.

Romerito Costa Nascimento (CAADE)

Alexander Fabian Malheiros (SES)

Glicélio Ramos da Silva (SEC)

Milton Henriques de Oliveira (ADEFOM)

Gilmar Borges Rabelo (APARU)

Rita de Cássia Righi Rodrigues Chaves (AMR)

Josélio Ricardo Nunes Coelho (ASUGOV)

Natália Rodrigues Martins (ASIPA)

Roberto Carlos Pinto (ADEVIUDI)

Maria José Rodrigues Peres (ADEFI)

Maria Luiza Gomes Passos Vieira (SEE)

Juliana de Oliveira Silva (SEDESE)

Sônia Maria de Paula (SEDS)

Júnia Elizabeth Reis (MP)

Caio Múcio Pimenta (LOUIS BRAILLE)

Adinilson Marins (FEAPAES) — Ausência.

Andreísa Jacinto de Oliveira (CRP)